

Midiatização e imaginário: um diálogo possível

Mediatización e imaginario: un diálogo posible

Mediatization and imaginary: a possible dialogue



Ricardo Luís Düren¹

Resumo: Aqui defendemos uma proposta de imbricação entre as teorias do imaginário e da midiática, que historicamente não dialogam, partindo de um contraponto às afirmações de Durand (1998), para o qual a semiótica – matriz da midiática – seria uma ciência estruturalista e binária por desconsiderar a subjetividade humana na produção e reconfiguração de sentidos. Argumentamos que a semiótica e a midiática mantêm foco em aspectos de ordem subjetiva e social, o que sugere a possibilidade de aproximações entre tais teorias e as do imaginário.

Palavras-chave: Imaginário, Imbricações, Semiótica, Midiática.

Resumen: Defendemos aquí una propuesta de imbricación entre las teorías del imaginario y la mediación, que históricamente no dialogan, a partir de un contrapunto a los enunciados de Durand (1998), para quien la semiótica -matriz de la mediación- sería una ciencia estructuralista y binaria por prescindir de la subjetividad humana en la producción y reconfiguración de significados. Defendemos que la semiótica y la

¹ Doutor em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), como bolsista Capes. Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Unisc, como bolsista Capes. Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Unisc.

mediatización se centran en aspectos subjetivos y sociales, lo que sugiere la posibilidad de aproximaciones entre tales teorías y las del imaginario.

Palabras clave: Imaginario, Imbricaciones, Semiótica, Mediatización.

Abstract: Here we defend a proposal of dialogue between the theories of the imaginary and mediatization, which historically do not dialogue, starting from a counterpoint to Durand's (1998) statements, for whom semiotics – matrix of mediatization – would be a structuralist and binary science for disregarding the human subjectivity in the production and reconfiguration of meanings. We argue that semiotics and mediatization focus on subjective and social aspects, which suggests the possibility of approximations between such theories and those of the imaginary.

Key-words: Imaginary, Imbrications, Semiotics, Mediatization.

Surge uma inquietação

Este artigo nasce de uma inquietação que nos assaltou no decorrer de uma pesquisa na qual, para fins de analisar a reconfiguração de sentidos da ordem do imaginário em conteúdos jornalísticos, buscamos estabelecer imbricações entre a epistemologia da midiatização e as teorias do imaginário – duas linhas de estudos que, historicamente, não apresentam relações de diálogo entre si. Para expôr essa preocupação, cumpre antecipar que a midiatização busca, na esteira das pesquisas de Eliseo Verón, analisar fenômenos (dentre outros) que provocam a reconfiguração dos sentidos quando materializados em dispositivos de mídia – como por exemplo, o texto impresso ou gravado em áudio ou em vídeo, dentre outros. Em resumo, Verón (1980, 2005 e 2013) e outros autores que o seguem observam que um sentido etéreo (caso de um pensamento, por exemplo), uma vez materializado em dispositivos de mídia, fica à mercê de reconfigurações que se estabelecem em decorrência de distanciamentos geográficos, sociais e culturais entre o enunciador e os indivíduos que se propõem a interpretar esse sentido midiatizado.

Equivale a dizer que o sentido, quando materializado em dispositivos de mídia, desprende-se de seu autor e fica à mercê de agentes interpretantes situados em contextos

diferentes do contexto do enunciador, uma vez que o texto midiaticado sobrevive ao transcurso do tempo e às variações geográficas e culturais. A variação entre esses contextos é, para os pesquisadores em midiatização, um dos principais processos geradores da reconfiguração do sentido inicialmente proposto pelo enunciador – sentido esse que, muitas vezes, transforma-se em outros sentidos, não previstos pelo autor. Observamos que essa visada, inerente à epistemologia da midiatização, oferece insumos também aos estudos do jornalismo, na medida em que explica fenômenos pelos quais o texto jornalístico – seja em jornal, revista, portais de notícia online ou mesmo gravado em áudio ou vídeo – fica à mercê de reconfigurações.

Na esteira desta constatação, buscamos observar, na citada pesquisa, de que forma a reconfiguração dos sentidos em textos jornalísticos, decorrente dos fenômenos inerentes à midiatização, impacta sobre uma determinada classe de sentidos bastante peculiar, chamada de imaginário – o que nos conduziu às elaborações teóricas da ordem dos estudos do imaginário. Essa linha de pesquisa, que tem em Gilbert Durand um de seus principais expoentes, busca compreender o que é o imaginário a partir de imbricações com uma série de outras epistemologias, tais como a sociologia, a antropologia e o estudo dos mitos, a psicanálise, a psicologia e mesmo os estudos anatômicos do cérebro, passando pela análise literária. A esta variante de epistemologias Durand (1998) acrescenta uma postura antagônica ao que chama de ciências positivistas, racionalistas e formalistas, para as quais não poupa críticas ao longo de sua bibliografia. Tais linhas científicas, na ótica do autor, ao mesmo tempo em que dedicam grande atenção a regras formalistas e estruturalistas, ignoram – inclusive na seara do estudo da linguagem e da transmissão do sentido – o papel desempenhado pela subjetividade humana nos processos estudados. Por conta disso, Durand (1998) também classifica tais linhas científicas como binárias, dado que desconsideram este terceiro elemento que é, justamente, a subjetividade.

A subjetividade é um elemento caro ao estudo do imaginário, considerando-se que, para os teóricos dessa linha de pesquisa, é justamente a partir da subjetividade que emerge esta classe de sentidos tão peculiar chamada de imaginário – cujo conceito desenvolveremos mais adiante. Para Durand (1998), propostas de pesquisa de caráter estruturalista, amparadas por metodologias estanques e formais, não têm a capacidade de

abarcam a complexidade do imaginário, sentido que se origina a partir de processos psicológicos, antropológicos e sociais, conscientes e inconscientes, que se estabelecem nos recôncavos do aparato mental dos indivíduos. Citando como exemplo a questão da análise literária, o autor argumenta que a apreensão dos sentidos do texto (inclusive, do imaginário) exige que o pesquisador considere seus próprios sentimentos – logo, sentidos subjetivos que emergem do contato íntimo entre o pesquisador e o enunciado sob análise. Trata-se, portanto, de um procedimento investigativo que escapa ao rigor de amarras formalistas e racionalistas, escorregando para o reconhecimento de sensações, sentimentos e sentidos – elementos que Durand (1998) abarca sob as palavras “imagens simbólicas” ou “símbolos” – que nascem no aparelho psicológico do próprio pesquisador ante o texto sob análise.

Mantendo o foco na questão da análise literária, Durand (1998) faz uma afirmação que, de certa forma, foi a desencadeadora das preocupações epistemológicas que buscamos expôr nesse artigo. No excerto em questão, o autor critica o que considera

[...] supostas “ciências” da literatura (a gramatologia, a *semiótica*, a fonologia etc.) onde os poderes “poéticos” da imagem se perdem de novo nos mistérios de um sistema que esvazia a pluralidade antropológica em prol deste novo “monoteísmo” que é a “estrutura” abstrata todo-poderosa. Esta considera-se “órfã de pai e mãe” enquanto, na realidade, insere-se de forma banal numa velha lógica binária obcecada pelo silogismo. (DURAND, 1998, p. 59, *grifo nosso.*)

No âmbito da pesquisa que realizamos, nossa angústia emerge, provocada pela crítica de Durand (1998), particularmente pela referência à semiótica como uma das “supostas ciências” calcadas em amarras estruturalistas. Isso porque a semiótica, particularmente no que toca aos apontamentos de Charles Peirce, é a matriz a partir da qual Eliseo Verón realiza parte de suas observações dos fenômenos inerentes à mediação. Neste sentido, a postura de Durand (1998), ao inserir a semiótica no bojo das ciências estruturalistas, e sua forte crítica a tais ciências, sugere, em um primeiro momento, que ingressamos em uma armadilha epistemológica ao propor um diálogo entre duas linhas de pesquisa aparentemente antagônicas.

Contudo, nosso entendimento é que, diferentemente da crítica de Durand (1998), a semiótica e, na esteira dela, a midiaticização, não constituem-se em epistemologias racionalistas/estruturalistas/formalistas/binárias – ao contrário, tratam-se de linhas de pesquisa que, assim como o estudo do imaginário, consideram também a subjetividade humana e as complexidades dela decorrentes. Esse é o argumento que buscaremos desenvolver neste artigo. Antes, oferecemos uma breve exposição acerca do que é o imaginário, já em uma tentativa de buscar compreender também as rugas da linha de pesquisa do imaginário em relação a ciências tidas como racionalistas.

A louca da casa

No cerne do estudo do imaginário está o que Gaston Bachelard (1996) chama de “centro de imagens”, uma espécie de núcleo psicológico, resguardado no inconsciente, a partir do qual os seres humanos, em seus sonhos e devaneios, elaboram – ou imaginam – determinadas imagens, via de regra, em comum. O filósofo cita como exemplo a tendência dos indivíduos em elaborar imagens que, nostálgicas, remetem à infância – a uma vida feliz e tranquila, para a qual as pessoas anseiam retornar, como que em busca de um recomeço, sem as atribulações da vida adulta. Na elaboração psicológica destas imagens entram em jogo tendências biológicas inerentes ao *homo sapiens*, aliadas a suas lembranças pessoais e valores socialmente compartilhados. Trata-se de uma processualidade mental que é compartilhada entre os indivíduos e os perpassa historicamente.

[...] Há seguramente em nós uma imagem, um centro de imagens que atrai as imagens felizes e repele as experiências do infortúnio. No seu princípio, todavia, essa imagem não é inteiramente nossa; tem raízes mais profundas que as nossas simples lembranças. (BACHELARD 1996, p. 118-119).

Bachelard (1996) também usa a expressão arquétipos para se referir a esse centro de imagens. Não por coincidência, a expressão arquétipos também é empregada pelo psicanalista Carl Jung (2008) para se referir à elaboração, por parte de todos os indivíduos, de imagens simbólicas semelhantes. As constatações de Jung (2008)

decorrem de suas investigações acerca das semelhanças entre narrativas e criaturas mitológicas presentes em culturas distintas. Intrigava ao psicanalista a presença de seres mitológicos parecidos em mitos e religiões de povos que, no curso da História, nunca tiveram contato entre si. Intrigava-lhe também o surgimento dessas mesmas criaturas em sonhos de pacientes seus, ainda que esses desconhecem tais narrativas míticas.

Para Jung (2008), o arquétipo é uma tendência biológica do cérebro humano a formar as mesmas imagens simbólicas, independente do espaço geográfico, social e histórico em que os indivíduos estão situados. Essa perspectiva é cara às teorias do imaginário, que também buscam compreender a elaboração de imagens simbólicas, ou símbolos – entendidos, à luz de Durand (1993), como imagens que remetem a sentidos que extravasam o significado literal de seu enunciado. É o caso, por exemplo, da poesia, da pintura, nas narrativas mitológicas e das esculturas sacras, que remetem a sentidos – a imagens outras – que extravasam daquilo que aparece na superfície. Ainda no campo dos exemplos, uma estátua de uma criatura mítica, além de representar os contornos de um ser fantástico, remete a imagens inerentes a uma narrativa repleta de fantasia, aventuras, ao eterno combate entre bem e mal e, no cômputo final, a uma pedagogia – dado que o mito tem também um fundo pedagógico, uma lição de vida.

Esses outros sentidos, que extravasam para além do que é visível na superfície quando se contempla uma escultura ou um texto poético, consistem no imaginário. Para chegar a tais inferências, os estudos do imaginário apoiam-se não só nos apontamentos da filosofia bachelardiana e da psicanálise junguiana, mas em uma série de epistemologias, como as citadas anteriormente. Da sociologia, por exemplo, emergem as ideias do imaginário como “motor” e “cimento” social, conforme proposto por Maffesoli (1988).

Para o sociólogo, as imagens simbólicas socialmente compartilhadas – caso das narrativas míticas e, na esteira delas, as ideias de comunidade, país e nação – são construções subjetivas, elaboradas pelo imaginário humano, que mantêm grupos sociais unidos (gerando o efeito de cimento) e os movem (motor) em busca de objetivos em comum. É o que ocorre quando um determinado núcleo social persegue determinados

avanços econômicos, ou mesmo, quando entra em conflito bélico sob pretexto de defender uma bandeira – uma imagem simbólica.

A partir de Gilbert Durand e Michael Maffesoli, a pesquisa do imaginário migrou para uma série de bifurcações teóricas, cada qual buscando compreender o que é o imaginário. No âmbito de nossa pesquisa, a opção recaiu sobre as inferências de Juremir Machado da Silva (2017), que sugere a hipótese do imaginário como um “transbordamento de sentidos”. O argumento do autor brasileiro é que o imaginário consiste em um excedente de significação que se estabelece na subjetividade humana quando os indivíduos se deparam com determinados eventos concretos e, por si só, originalmente destituídos de sentidos.

Silva (2017) afirma que, na concretude do mundo, os eventos – desde o resultado de uma partida de futebol até um desastre aéreo – simplesmente acontecem. Contudo, por força da subjetividade, atribuímos-lhes sentidos específicos, tais como satisfação, revolta, comoção, indignação... O imaginário seria, portanto, esse sentido novo que nasce da subjetividade humana, agregando novos contornos, cores e sentimentos a fatos que tão somente aconteceram.

Do forte aspecto subjetivo inerente à elaboração de imaginários emerge a crítica de Durand (1998) às epistemologias de análise do sentido classificadas por ele como binárias, racionalistas e estruturalistas. Para o autor, tais correntes, inspiradas no cartesianismo, buscam aplicar, mesmo ao estudo de humanas, rigores formais e matemáticos mais comuns às ciências exatas, desconsiderando a influência da subjetividade humana. A biografia de Durand (1993 e 1998) deixa transparecer uma rusga em relação a tais linhas de pesquisa, na medida em que essas teriam relegado a segundo plano as teorias calcadas na subjetividade. Neste viés, o estudo do imaginário adquiriu, nas palavras do autor, o status de “louca da casa” – uma teoria que, no tem de subjetiva, seria pouco confiável por falta de rigores cartesianos.

Portanto, a partir da revisão bibliográfica das teorias do imaginário, facilmente compreendemos a rusga de autores como Gilbert Durand em relação a linhas teóricas que desconsideram o subjetivo e discriminam pesquisadores que o fazem. Contudo, nossa pretensão, neste artigo, é defender que epistemologias como a semiótica e a midiatização

não integram tais correntes teóricas tidas como binárias. É o que buscaremos fazer no capítulo a seguir.

A tríade de Charles Peirce

De certa forma, pode parecer um contrassenso de nossa parte sugerir imbricações epistemológicas entre imaginário e midiatização, sendo essa uma linha teórica influenciada por outra tão criticada por Gilbert Durand – tendo em conta, inclusive, a própria relevância desse autor para o estudo do imaginário. Porém, entendemos que este diálogo epistemológico é possível na medida em que não encaramos a semiótica – particularmente, os estudos semióticos de Charles Peirce (2008), matriz das pesquisas em midiatização de Verón (1980, 2005 e 2013) – como um conjunto de regras estruturalistas, como acusa Durand (1998), e sim, como uma linha de análise que busca compreender como ocorre a geração e reconfiguração de sentidos tendo em conta também fatores externos ao texto, como o ambiente social e os elementos psicológicos (a subjetividade humana) envolvidos no processo.

O próprio Verón (1980) assinala que a semiótica peirceana distingue-se das linhas de análise linguística que, em uma tentativa de isolar o sistema da língua, desconsideram o papel da subjetividade humana e do contexto social nos processos de transmissão de sentidos. Neste viés, a semiótica, ao considerar também as interferências de elementos extralinguísticos nesses processos – ou seja, a influência do terceiro elemento –, foge à lógica binária. Mostra disso, para Verón (1980), é o fato de Charles Peirce sistematizar a geração do sentido em uma tríade, dividida em primeiridade, secundidade e terceiridade. Não só porque ela envolve três estágios, ou categorias, de formulação do pensamento, mas por considerar os elementos psíquicos e sociais envolvidos no processo.

Conforme Santaella (1983), Peirce, ao longo de 30 anos de pesquisa, notou a possibilidade de dividir diferentes fenômenos naturais, tais como a evolução biológica das espécies, os eventos físicos e os processos psicológicos humanos, em três categorias. Ele as batizou de primeiridade, secundidade e terceiridade. Em suas observações, constatou que essa tríade, no âmbito dos diferentes processos estudados, repetia-se em uma cadeia infinita, onde um determinado fenômeno, passível de ser dividido em três

categorias conforme seus estágios, gera outro fenômeno, também divisível em uma tríade, e assim sucessivamente. No que toca à geração de sentidos, a própria conceituação da tríade denota a preocupação de Peirce (2008) em compreender os elementos sociais e psicológicos imbricados no processo e que, portanto, estão além da estrutura discursiva.

No que toca aos processos psicológicos, Peirce (2008) classifica a primeiridade, secundidade e terceiridade como categorias ou modos elementares de *consciência*. O emprego dessa palavra específica revela pistas interessantes se considerarmos que, conforme observa Santaella (1983), para Charles Peirce o termo engloba não apenas o lado racional da mente – responsável pelo pensamento deliberado – mas também o lado subconsciente, um profundo repositório de sentimentos e memórias, muitas delas oriundas das relações sociais, que também interferem na elaboração do pensamento racional. Assim, a tríade de Peirce (2008) pode ser entendida como uma sistematização elaborada na tentativa de compreender as operações da consciência, no que têm de psicológicas e sociais. Neste viés, nada tem de binária.

Na tríade, a primeiridade diz respeito à emergência de um sentimento inicial, inconsciente e efêmero, provocado pelo contato do indivíduo com um evento, cor, imagem ou símbolo externos a ele, que atuará como desencadeador do mecanismo psíquico da geração de sentidos. A categoria primeira, portanto, é “[...] *sentimento*, a consciência que pode ser compreendida como um instante no tempo, consciência passiva da realidade, sem reconhecimento ou análise” (PEIRCE, 2008, p. 14, *grifo nosso*). Em sua interpretação de Peirce, Santaella (1983) reforça o caráter fugaz deste sentimento inicial, que se desvanece assim que nos damos conta dele:

[...] Qualidades de sentimento estão, a cada instante, lá, mesmo que imperceptíveis. Essas qualidades não são nem pensamentos articulados, nem sensações, mas partes constituintes da sensação e do pensamento, ou de qualquer coisa que esteja imediatamente presente em nossa consciência. (p. 29.)

A primeiridade, portanto, é um breve instante, ínfimo, no qual o indivíduo é impactado pelo contato com um elemento externo. De início, o indivíduo sequer percebe conscientemente esse impacto, mas, a partir dele, no instante seguinte, ativa o fluxo da memória, passa a fazer reconhecimento ou análise, constata a presença do elemento

externo e passa a reagir a ele. Mas esses já são, conforme Peirce (2008), processos que transcorrem na secundidade.

O autor, ao referir-se à secundidade, fala em um sentido de polaridade ou resistência, que emerge quando tomamos consciência da presença deste outro indivíduo ou objeto. Na secundidade, abandona-se o amortecimento fugaz da primeiridade e, nesse movimento de resistência, passamos a agir, a pensar e a refletir sobre o ente ou objeto material que se interpôs. Este movimento de tomada de uma consciência racional marca o ingresso na terceiridade, momento em que o indivíduo passa a pensar racionalmente, a interpretar os fatos, estabelecendo relações entre as informações dadas pelo novo objeto no tensionamento com a bagagem de conhecimentos que já possui.

A terceira é, portanto, o campo da inferência e do aprendizado, o momento em que processos cognitivos complexos se estabelecem no aparato psicológico dos indivíduos, movidos pelo “[...] interesse da inteligibilidade, isto é, no interesse do próprio ‘Eu penso’ sintetizador; e isso a mente faz através da introdução de uma ideia que não está contida nos dados e que produz conexões que esses dados, de outro modo, não teriam” (PEIRCE, 2008, p. 17).

A análise da tríade de Peirce (2008) nos ajuda a demarcar proximidades entre a linha de pensamento desse autor e os apontamentos inerentes ao estudo do imaginário, na medida em que ambos preocupam-se com as complexidades inerentes à imbricação entre inconsciente e racional na geração de sentidos. Porém, cumpre ressaltar que, embora em uma primeira visada a aplicação da tríade peirceana aos processos psicológicos de geração de sentido possa transparecer que remeta apenas a fenômenos individuais, no cômputo final trata-se também de um fenômeno social. Chegamos a tal inferência ao considerarmos que o pensamento racional humano – o qual se estabelece particularmente na terceiridade – se processa por meio de representações – por signos –, como bem assinala Santaella (1983) em sua leitura de Peirce. Como seres simbólicos, ressalta a autora, pensamos por meio de signos, os quais, no âmbito da abstração, suprem a ausência dos objetos concretos aos quais remetem.

Assim, um objeto material que ativa a processualidade da tríade, que é sentido na primeiridade, gera resistência na secundidade e ativa a consciência sintética na

terceiridade, passa a ser representado por signos no campo da reflexão, onde será relacionado a outros signos em uma cadeia interminável de pensamentos. Portanto, o que nos propomos a argumentar é que o signo, viabilizador das operações da tríade, é também uma pista que denota as relações entre estes estudos e o campo social. Primeiro porque a arbitrariedade do signo, em termos de representar determinado objeto e não outro, segue convenções estabelecidas em sociedade e que são assimiladas pelo indivíduo no âmbito social, em um processo de aprendizagem que inicia na família e segue na escola e em demais ambientes de sociabilidade.

Segundo, porque é pelo signo que as inferências abstratas que se estabelecem na terceiridade são socializadas entre os indivíduos, seja por meio da fala ou pela materialização do signo em um texto escrito, uma pintura ou gravação, por exemplo – o que nos remete ao campo dos fenômenos midiáticos e, portanto, aos estudos de Eliseo Verón. Verón (2013) afirma que determinado sentido etéreo, fruto de uma abstração mental, uma vez materializado em dispositivos de mídia, adquire as propriedades de autonomia em relação a seu autor e persistência ao longo do tempo. Ou seja, o sentido midiático ganha independência em relação a seu enunciador e sobrevive a ele e ao transcurso de mudanças históricas, sociais e geográficas. A tal fenômeno o autor dá o nome de fenômeno midiático.

A partir desse conceito, podemos inferir que o signo materializado torna-se socialmente acessível a outros indivíduos, gerando neles novos processos de tríade (primeiridade, secundidade e terceiridade), que geram outras tríades tanto no âmbito do pensamento individual quanto do compartilhamento social, e assim sucessivamente. As tríades, como atesta Peirce (2008), são infinitas. E o estudo desse fenômeno, conforme buscamos aqui demonstrar, é de uma complexidade que, ao relacionar processos psicológicos e sociais – e ao relacioná-los com as formas pelas quais a sociedade se estrutura, se reconhece e intercambia sentidos, conforme prevê a epistemologia da mediatização – foge à lógica binária e estruturalista atacada por Gilbert Durand (1998).

Chegamos à conclusão semelhante a partir do olhar de Umberto Eco sobre os apontamentos de Charles Peirce. Segundo Eco (1986), Peirce constatou que uma teoria de análise textual consistente precisaria considerar regras pragmáticas – ou seja, para

além do campo léxico – capazes de estabelecer em que condições tanto o autor do texto quanto seu interpretante se encontram. Tais condições dizem respeito ao contexto – social, histórico, psicológico – no qual situam-se os agentes vivos da semiose e que atua como um componente que dá pistas acerca do sentido do texto, o qual, para Eco (1986) não pode ser apreendido apenas por visadas calcadas unicamente na gramática. Isto porque, argumenta ele, a mesma palavra pode adquirir significados diversos conforme o contexto em que se insere – a metáfora e os neologismos, podemos acrescentar, são bons exemplos disso. Mais uma vez temos mostras de que a visada peirceana, portanto, tem contornos que fogem a uma lógica binária calcada apenas nos aspectos sintáticos.

De certa maneira, podemos notar que o pensamento de Charles Peirce remete à ideia, tão trabalhada por Uberto Eco em suas pesquisas, de que o texto é uma máquina preguiçosa – uma tecitura repleta de lacunas que precisam ser preenchidas pelo interpretante para fazer sentido. Segundo o autor

[...] O texto está, pois, entremeado de espaços brancos, de interstícios a serem preenchidos. [...] Antes de tudo, porque um texto é uma mecanismo preguiçoso (ou econômico) que vive da valorização do sentido que o destinatário ali introduziu. [...] Todo texto quer que alguém o ajude a funcionar. [...] Um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da própria capacidade concreta de comunicação, mas também da própria potencialidade significativa. (ECO, 1986, p. 37.)

Neste viés, Eco (1986) alerta para a necessidade de uma visada sobre a noção de enciclopédia, que diz respeito à bagagem de conhecimento prévio do interpretante e que conduzirá sua diligência interpretativa. A noção de enciclopédia remete a textos anteriores – sejam escritos ou não (caso das informações decorrentes da própria experiência de convívio social, por exemplo) – aos quais o interpretante teve acesso e que o ajudarão a preencher as lacunas do texto. Por esse viés, todo texto é, em um primeiro momento, um gerador virtual de determinados sentidos, pois, para que isso ocorra, é necessário que se desencadeie esse processo de complementação de lacunas.

Sob essa visada, pode-se afirmar que, quando esse processo de complementação de lacunas se desencadeia, o que surge é um hipertexto, decorrente das relações que o interpretante estabelece entre o texto que lhe é apresentado e os outros textos que integram

sua bagagem enciclopédica. Em outros termos, o contexto – ou seja, o universo do discurso – impõe tendências que são seguidas pelo interpretante, conforme a ambiência onde está inserido. Retomando a ideia da tríade peirceana, Eco (1986) afirma que essa interferência do contexto e dos conhecimentos prévios se estabelece no campo da terceiridade, ou seja, no momento em que é ativada a consciência sintética do interpretante, quando esse passa a refletir sobre o texto no tensionamento com sua bagagem enciclopédica para fazer emergir um sentido.

Verón (2013), a seu turno, aplica a tríade de Peirce à observação da difusão de sentidos emergente a partir dos fenômenos midiáticos, em uma visada impreterivelmente calcada no viés social. Para o autor, a ideia de primeiridade, secundidade e terceiridade também se aplica aos processos pelos quais o sentido é compartilhado e apreendido socialmente a partir de sua materialização em suportes de mídia. Partindo da tríade peirceana que sistematiza a transmissão do sentido a partir do signo – onde a primeiridade equivale ao signo, a secundidade ao objeto ao qual o signo remete e a terceiridade ao interpretante –, Verón (2013) chama de primeiridade a materialização do sentido em suportes que lhe concedem autonomia e relaciona a secundidade à historicidade gerada pela persistência do suporte. Já a terceiridade engloba também o aparato tecnológico ao qual o indivíduo tem acesso e possibilidades de uso, no âmbito de uma sociedade em vias de midiaticização, para chegar a uma interpretação. Neste viés, a terceiridade diz respeito às regras e condições de acesso ao sentido, variáveis conforme o estágio de midiaticização da sociedade onde o indivíduo está inserido.

Desta forma, o signo materializado – portanto, dotado de autonomia e persistência (fenômeno midiático) – é elemento gerador de tríades infinitas, dado que a partir da interpretação, no campo da terceiridade (processo que remete ao social e ao individual), emergem sentidos que, se materializados, vão gerar novas tríades. O autor, assim como Eco (1986), considera que, no âmbito da terceiridade, a interpretação ocorre mediante regras que variam conforme o contexto social/geográfico/histórico no qual está inserido o leitor, ouvinte ou telespectador.

Verón (1980, 2005 e 2013) ressalta que, por conta da autonomia e persistência adquirida pelo texto, quando materializado em suportes de mídia, tal enunciado pode

chegar, à revelia do planejado pelo autor, a indivíduos inseridos nos mais diversos campos sociais e geográficos – logo, guiados por regras de interpretação também bastante variáveis, inclusive, em relação às regras que guiaram a produção do texto. Para o autor, esta variação de regras provoca variações entre o sentido idealizado pelo enunciador e os sentidos que emergem na interpretação, os quais podem gerar novos sentidos em uma cadeia insondável em sua totalidade. A estas regras que conduzem a produção e interpretação Verón (1980, 2005 e 2013) dá o nome de gramáticas, conceito que desenvolveremos a seguir.

No território da circulação

A atenção dos estudos em midiatização com os contextos social e psicológico também fica mais nítida se considerarmos a forma como buscam compreender os processos de reconfiguração dos sentidos, inserindo-os em um campo que essa epistemologia chama de circulação. A circulação situa-se no espaço entre o fenômeno midiático e os esforços interpretativos dos indivíduos que têm contato com o enunciado midiático. É nesse espaço que, segundo a epistemologia da midiatização, se estabelecem processos de reconfiguração dos sentidos relacionados a questões extradiscursivas, particularmente, relacionadas a contextos subjetivos e sociais. Por questões de economia, nos deteremos em dois desses processos: as variações entre gramáticas e as interferências de discursos outros, conceitos que descreveremos a seguir.

Verón (2005 e 2013) parte do pressuposto de que a circulação é um campo onde ocorrem reconfigurações do sentido entre dois polos. Tais reconfigurações ocorreriam por conta das diferenças entre as condições de produção e gramáticas de produção do discurso, em relação às condições de reconhecimento e gramáticas de reconhecimento desse mesmo discurso. Por condições de produção (CP) Verón (2005 e 2013) entende as condições extradiscursivas – como as econômicas e tecnológicas – que possibilitam a elaboração e materialização do discurso no determinado período histórico em questão. Portanto, o acesso a tecnologias como a escrita, a impressão ou dispositivos digitais – como gravadores, câmeras e a internet –, é um fator imbricado às CP. Já o termo gramáticas de produção (GP), a seu turno, remete às lógicas de produção de discurso,

vigentes não apenas no âmbito linguístico, mas no escopo social – caso das ideologias, crenças, valores e regras sociais.

Transferindo-se o olhar do polo da produção de discurso para o da interpretação – chamado por Verón (2005 e 2013) de polo do reconhecimento – aplica-se a mesma lógica conceitual. Ou seja, a interpretação também ocorre conforme as condições de reconhecimento (CR) disponíveis naquele momento (como o acesso a tecnologias que permitam ver ou ouvir o discurso), bem como, mediante certas gramáticas de reconhecimento (GR) vigentes em dado momento histórico e social. Verón (2013) assinala que uma multiplicidade de GR podem interferir na interpretação do discurso, dado que tais gramáticas variam conforme diferentes contextos extradiscursivos. Toda essa variação entre CP/GP e CR/GR seria a causadora de reconfigurações entre o sentido proposto pelo autor e os sentidos que emergem, no outro extremo da circulação, no polo do reconhecimento.

Com o desenvolvimento de novas tecnologias de mídia (particularmente, a internet), que democratizaram as possibilidades de materializar sentidos e, portanto, multiplicaram exponencialmente o volume de agentes enunciadorees, os teóricos da midiatização passaram a constatar o estabelecimento de outros fenômenos no campo da circulação. Observou-se a emergência de uma pluralidade discursiva, oriunda de inúmeros atores sociais que, amparados por tais tecnologias, converteram-se também em enunciadorees – chegando a ameaçar a hegemonia discursiva dos meios de comunicação institucionais (jornais, revistas, rádios e televisões). Para os atuais pesquisadores da midiatização – caso de Braga (2006 e 2012), Gomes (2006 e 2017), Soster (2016) e Fausto Neto (2013 e 2018) – o advento dessa pluralidade de autores de discursos midiáticos marca o surgimento de uma nova ambiência social, caracterizada pela intercomunicação entre os indivíduos por meio de tecnologias de mídia.

Fausto Neto (2018) ressalta que, a partir disso, a circulação passou a ser vista como uma espécie de ambiente radial, onde o fluxo de sentidos entre o polo da produção e do reconhecimento perde sua aparente linearidade por conta de inúmeros *feedbacks*, produzidos por incontáveis enunciadorees e advindos de todas as direções. Pode-se inferir que esses novos discursos, que se interpõem ao que seria um discurso inicial, também o

reconfiguram, gerando no polo do reconhecimento sentidos imprevistos ao autor primeiro.

Neste viés, a análise do processo de geração/interpretação de sentidos sob a visada da circulação é, como ressalta Fausto Neto (2018), uma opção que afasta a perspectiva de origem veroniana da tradição binária de análise do discurso – e aqui temos, novamente, mostras de que a epistemologia da mediação, em parte descendente da semiótica, foge à lógica binária. Fausto Neto (2013; 2018) observa que podem ser entendidas como binárias as linhas de pesquisa focadas em apenas um dos polos da semiótica – ou apenas na produção, ou tão somente na interpretação do discurso –, uma opção epistemológica que ignora a postura relacional entre inúmeros indivíduos que, no cômputo final, interagem constantemente.

Considerações finais

Para a epistemologia da mediação, os fenômenos que descrevemos acima – a complexa tríade que entra em cena nos processos psicológicos de interpretação, as variações entre gramáticas no transcurso do tempo e o estabelecimento de múltiplos discursos – são, portanto, potenciais geradores de reconfigurações dos sentidos. Toda essa processualidade, que entra em cena quando determinado sentido etéreo é materializado em dispositivos de mídia – dando curso ao que Verón (1980, 2005 e 2013) chama de fenômeno midiático –, acarreta novos processos de negociação e variação de significações, gerando sentidos novos e, muitas vezes, imprevisíveis ao autor do primeiro enunciado.

Em nossa pesquisa, buscamos observar de que forma tais fenômenos – além de outros, estudados pela mediação – incidem sobre o imaginário. Assim, perguntamos: o que ocorre quando um imaginário é materializado em dispositivos de mídia, caso de uma notícia em jornal? Ele também fica à mercê de reconfigurações?

Para tal análise, mostrou-se imprescindível o estabelecimento de um incomum diálogo entre imaginário e mediação. Para tanto, um primeiro movimento, provocado pela acusação de Durand (1998) em relação à semiótica, foi o de demonstrar que

imaginário e midiatização seguem perspectivas epistemológicas afins e igualmente complexas, particularmente, no que toca a considerar o papel da subjetividade humana nos processos estudados. O estudo do imaginário, preocupado com a complexidade dessa classe particular de sentidos, foge a rigores estruturalistas e cartesianos, entendendo que a subjetividade é um componente humano que não pode ser medido, pesado ou calculado, mas que nem por isso pode ser negligenciado nas pesquisas. O que buscamos aqui demonstrar é que a midiatização, a seu modo, tem a mesma perspectiva.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 205 p.

BRAGA, José Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. *Animus*: revista interamericana de comunicação midiática, Santa Maria, Volume V, n. 2, julho-dez 2006. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/index.php/animus/article/viewFile/6693/4050>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: JANOTTI JÚNIOR, Jader; MATTOS, Maria Angela; JACKS, Nilda. (Org.) *Mediatização & midiatização*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 32-52.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Lisboa, Edições 70, 1993. 112 p.

DURAND, Gilbert. *O imaginário*: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução de Renée Eve Levié. Rio de Janeiro: Difel, 1998. 128 p.

ECO, Umberto. *Lector in fábula*: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. Tradução de Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986. 219 p.

FAUSTO NETO, Antônio. Mediatização da enfermidade de Lula: sentidos em circulação em torno de um corpo-significante. In. MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador, Edufba; Brasília: Compós, 2012. p. 297-321.

FAUSTO NETO, Antônio. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação? In. BRAGA, José Luiz et al. (Org.). *Dez perguntas para a produção do conhecimento em comunicação*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013. p. 43-64.

FAUSTO NETO, Antônio. Circulação: trajetos conceituais. *Rizoma - Mediatização, Cultura, Narrativas*. Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 8-40, dezembro 2018. Disponível

em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/13004/7731>>. Acesso em: 18 jun 2019.

GOMES, Pedro Gilberto. *Filosofia e ética da comunicação na midiatização da sociedade*. São Leopoldo: Unisinos, 2006. 144 p.

GOMES, Pedro Gilberto. *Dos meios à midiatização: um conceito em evolução*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017. 175 p.

JUNG, Carl G.. Chegando ao inconsciente. In: JUNG, Carl G. (Org.). *O homem e seus símbolos*. Tradução de Maria Lúcia Pinto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 19-103.

MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Tradução de Aluizio Ramos Trinta. São Paulo: Brasiliense, 1988. 294 p.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2008. 337 p.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica?* São Paulo: Brasiliense, 1983. 86 p.

SILVA, Juremir Machado da. *Diferença e descobrimento: o que é imaginário? (A hipótese do excedente de significação)*. Porto Alegre: Sulina, 2017. 175 p.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. O quarto narrador como um problema de circulação midiática. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana (Org.). *Narrativas do ver, do ouvir e do pensar*. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016. p. 50-64.

VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1980. 238 p.

VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. Tradução de Vanise Dresch. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005. 286 p.

VERÓN, Eliseo. *La semiosis social 2: ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires: Paidós, 2013. 448 p.